

Lei de Acesso à Informação



MINISTÉRIO DA
TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



Da Opacidade à transparência? avaliando os 5 anos da lei de acesso

Gregory Michener

Professor FGV-EBAPE

Coordenador do Programa de Transparência Pública, FGV

A apresentação

- O que é o Programa de Transparência Pública (FGV) e a Transparency Evaluation Network?
- Estudos recentes, encaminhados
- O nosso working paper – foco MP, Judiciário, Subnacional
 - Dados oficiais
 - Avaliações sobre transparência passiva
 - Associações estatísticas
- Recomendações para os próximos 5 anos

O Programa de Transparência Pública (PTP) e a Transparency Evaluation Network (TEN)



PROGRAMA DE
TRANSPARÊNCIA
PÚBLICA



DIREITO RIO
EBAPE

English

Home Quem somos Pesquisa Notícias Fale Conosco LAI 5 anos

Avaliações Brasileiras

Avaliações Brasileiras

Evento 16/Maio

PTP contribui com o 3º Plano de Ação da
Parceria de Governo Aberto

PTP divulga versões em espanhol e
inglês de auditorias realizadas

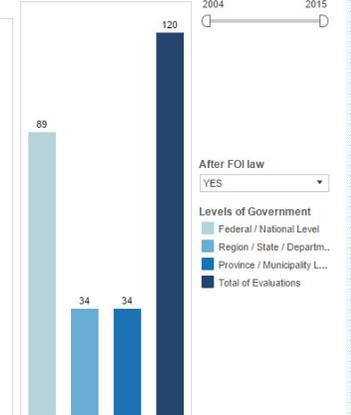
Todas Auditorias Auditorias Ativas Auditorias Passivas
 <= 2012 2013 2014 2015 2016 2017



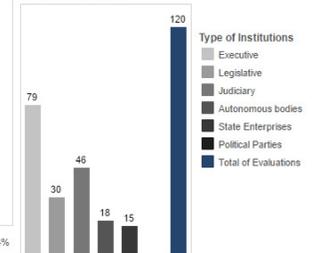
Active and Passive Transparency Evaluation
 (# of audits and transparency level)



Levels of Government



Type of Institutions



© OpenStreetMap contributors

Transpare... 15% 94%



PROGRAMA DE
TRANSPARÊNCIA
PÚBLICA



DIREITO RIO
EBAPE

Working Paper

Dados oficiais – nível subnacional

- Solicitações
- Solicitantes
- Regulamentação
- Órgão Supervisores
- e-SIC ou similar
- Compromissos Programa Brasil Transparente



Working paper

Dados Oficiais – Relatórios Estatísticos LAI e Perfil do Solicitante

Poder Executivo nos entes subnacionais:

- 16 estados e 11 capitais disponibilizam o número de solicitações recebidas e respondidas;
- 6 estados e 1 capital disponibilizam o tempo médio para resposta às solicitações;
- 5 estados e 1 capital disponibilizam alguma informação sobre recursos interpostos;
- 8 estados e 3 capitais divulgam alguma informação (gênero, escolaridade, faixa de idade, etc.) sobre o perfil dos solicitantes;

Poder Judiciário nos estados e Ministério Público nos estados:

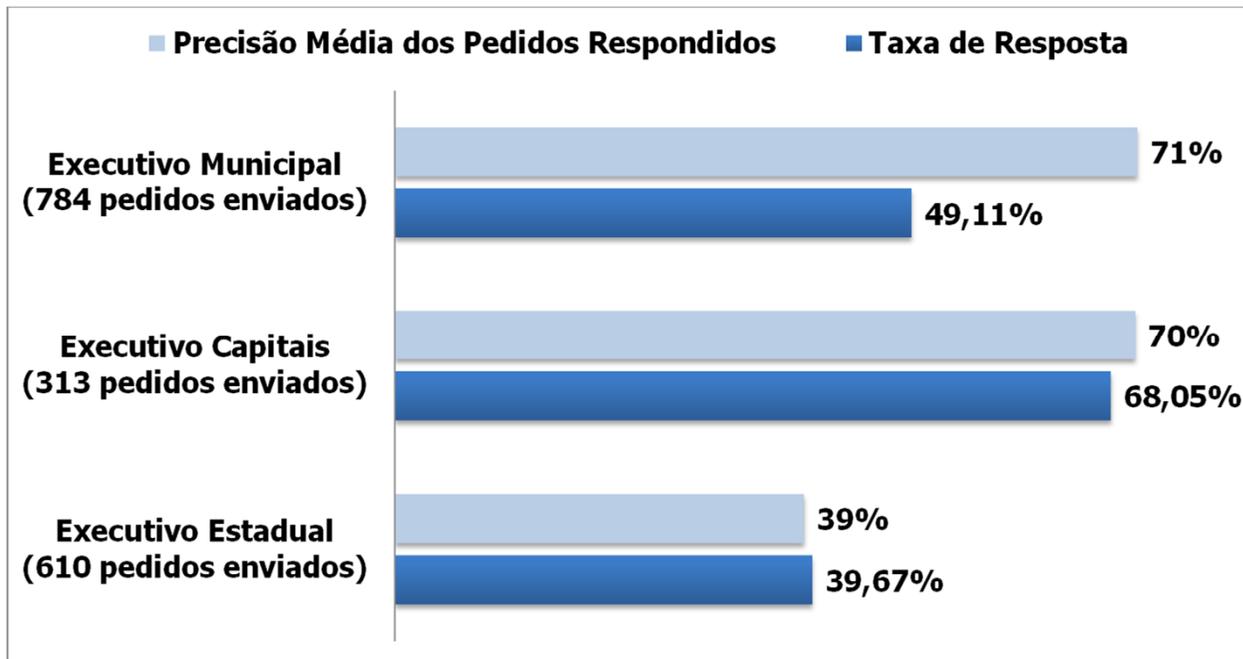
- 7 MP's estaduais e 1 TJ disponibiliza informação sobre solicitações recebidas e respondidas;
- 3 MP's estaduais divulgam alguma informação (gênero, escolaridade, faixa de idade, etc.) sobre o perfil dos solicitantes;

Estudos recentes

- Eduardo Borges – Transparência da governança florestal na Amazônia: uma análise de cumprimento da Lei de Acesso à Informação nos estados
- Andressa Falconiery - Transparência das Câmaras municipais das capitais do Brasil
- Rafael Velasco – Experimento de campo para avaliar à discriminação no regime da LAI
- Luis Filipe Kopp – Publicidade oficial e reeleição

Working paper

Poder Executivo nos entes subnacionais – Cumprimento de Transparência Passiva



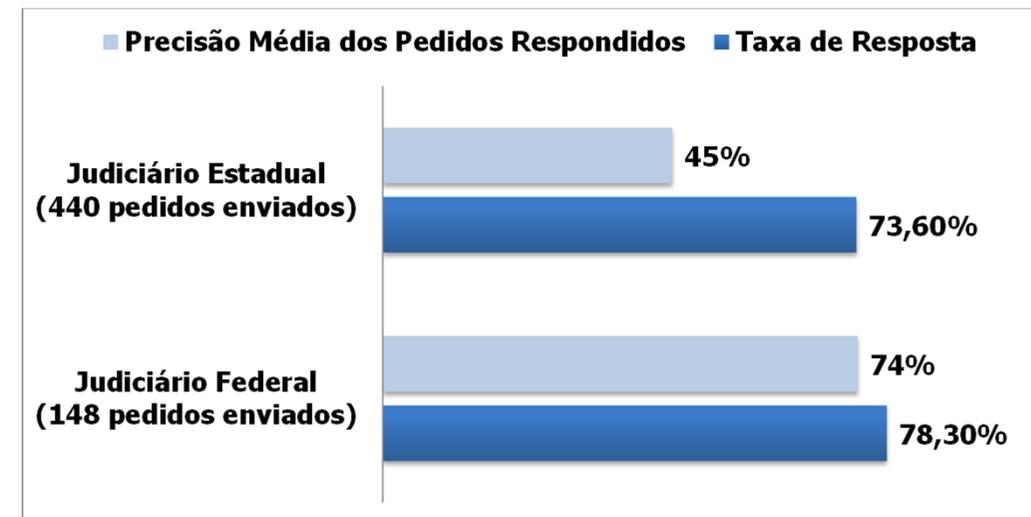
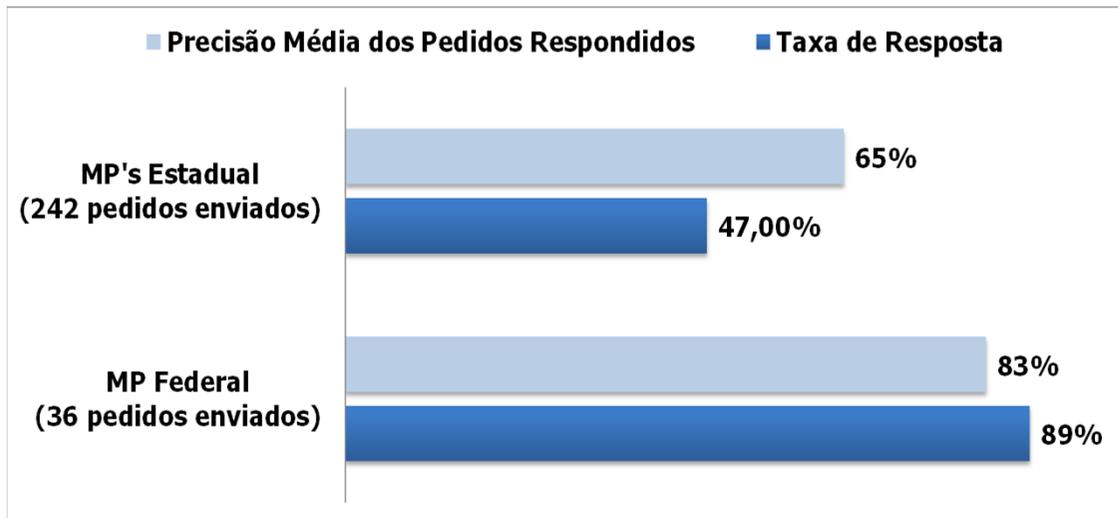
Tempo médio para resposta (em dias):

Executivo Municipal: 17,4
Executivo Capitais: 19,8
Executivo Estadual: 25,5

Amostra composta por 1394 pedidos enviado no âmbito de avaliações de transparência. Fonte: Borges (2015), Michener, Moncau & Velasco (2014), Michener (Org.) (2016), Michener & Velasco (2015), Velasco (2017)

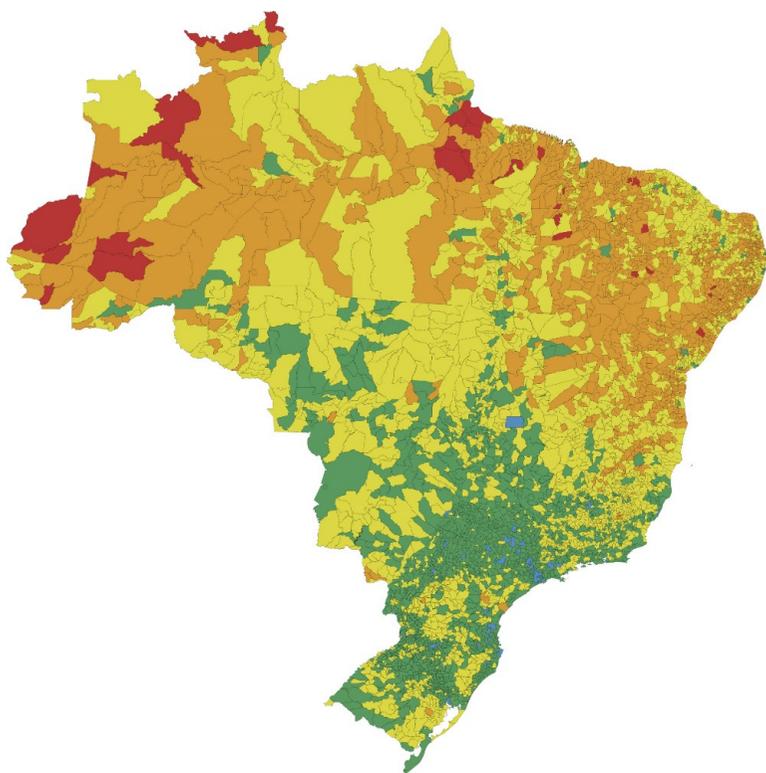
Working paper

Poder Judiciário e MP's – Cumprimento de Transparência Passiva



Amostra composta por 874 pedidos enviados no âmbito de avaliações de transparência. Fonte: Artigo 19 (2014), Artigo19 (2015), Artigo19 (2016), Borges (2015), Michener, Moncau & Velasco (2014), Moncau et al. (2015), Michener (Org.) (2016)

Working paper
Associações estatísticas



Recomendações

- Promover
 - A LAI
 - Uma solução do século XXI – comissões de informação
- Proteger
 - A identidade dos solicitantes
 - Servidores públicos denunciantes
- Regular
 - A classificação – teste de dano, interesse público
 - Art. 13, decreto 7724

Obrigado!

gregory.michener@fgv.br

Apoio



Cooperação
**Representação
no Brasil**

Realização

MINISTÉRIO DA
**TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

